



**ENSINO DE GESTÃO PÚBLICA NOS BACHARELADOS EM ADMINISTRAÇÃO
NO ESTADO DO PARANÁ
O QUE A ANÁLISE DOS CURRÍCULOS TEM A NOS DIZER?**

ELAINE MARIA DOS SANTOS
ROSELI DE OLIVEIRA MACHADO
ELIANE HORBUS

Artigo convidado e aceito para publicação em 29/08/2022
DOI: 10.5433/2318-9223.2021v9n1p159-180

RESUMO

Este estudo avaliou o ensino de técnicas e ferramentas ligadas à gestão pública nos currículos dos bacharelados em Administração ofertados no Estado do Paraná. A partir do cadastro no E-Mec e dos sites institucionais, o perfil dos cursos foi levantado e as matrizes curriculares pesquisadas em busca da presença de disciplinas ligadas à gestão pública. Foram avaliadas 286 ofertas de cursos no Estado e obtidas 226 matrizes curriculares, sendo que a formação na área está predominantemente a cargo da iniciativa privada no Estado. Relativamente à modalidade de ensino, 65% das ofertas se dão presencialmente e 35% no formato a distância. Em relação ao desempenho no ENADE, 80% dos cursos já avaliados nesse exame obtiveram conceito igual ou inferior a 3, sendo que não foram percebidas diferenças significativas em termos do desempenho para as modalidades de ensino presencial e a distância. Dos 226 currículos obtidos, 166 não oferecem disciplinas voltadas à gestão pública, e parte dos cursos (12) o faz de forma optativa, o que evidencia a ainda incipiente preocupação das instituições de ensino com a formação específica na área pública, a despeito da crescente importância que o setor público vem apresentando como campo de atuação do administrador.

PALAVRAS-CHAVE. Gestão Pública. Ensino Superior. Bacharelado em Administração.

TEACHING PUBLIC MANAGEMENT IN BACHELOR'S IN ADMINISTRATION IN THE STATE OF PARANÁ WHAT DOES CURRICULUM ANALYSIS HAVE TO TELL US?

ABSTRACT

This study evaluated teaching techniques and tools related to public management in the curricula of Bachelor's degrees in Administration offered in the State of Paraná. Our sources were the registration at E-Mec and the institutional websites. We raised the course profiles and researched if there are disciplines related to Public Administration in the curricular matrices. We evaluated 286-course offerings in the State and obtained 226 curricular matrices. The provision of training in the area is predominantly the responsibility of the private sector in the State. Regarding the teaching modality, 65% of the offers are in person, and 35% are in the distance format. Regarding the performance at ENADE, 80% of the courses already evaluated in that exam obtained a grade equal to or less than 3, with no significant differences in performance for on-site and distance learning modalities. Of the 226 curricula obtained, 166 do not offer disciplines aimed at Public Administration. Part of the courses (12) do so in an optional way, highlighting the still incipient concern of educational institutions with specific training in the Public area, despite the growing importance of the Public Sector in the administrator field of activity.

KEYWORDS. Public Administration. University Education. Bachelor of Business Administration.

INTRODUÇÃO

A gestão pública é campo de atuação complexo, alvo de constantes mudanças. Nesse sentido, Matias-Pereira (2016) argumenta que as transformações ocorridas no mundo contemporâneo estão impactando de forma crescente o Estado-nação e sua gestão, que depende de uma adequada governança pública para obter legitimidade junto à população.

Assim, é inegável que a administração do bem público está sujeita a grande pressão social por profissionalismo e transparência. Ademais, destaca-se que o setor público se apresenta como importante parcela do mercado de trabalho, com os cargos e empregos públicos atraindo milhares de candidatos em seus processos de seleção, ano a ano.

A administração pública, diante de um novo cenário, em que pesem as suas resistências às mudanças, está buscando melhorar sua atuação. Viabilizar a inclusão, gerar oportunidades, reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável surgem como os principais desafios com que a maioria dos governos e administrações públicas ao redor do mundo defrontam-se atualmente (Matias-Pereira, 2016).

No Brasil, nesse contexto de crescente importância da Administração Pública e de formação de gestores públicos para atendimento das especificidades do campo, o ensino da gestão pública experimentou diversas fases. Em 2002, por exemplo, existiam no país apenas três graduações na área, sendo que, uma década depois, em 2013, estavam em oferta no país 46 cursos de graduação presencial e 40 cursos de formação de tecnólogos e de graduações a distância na linha de gestão pública, além de 13 programas de pós-graduação (Rocha, 2018). Apesar da evolução do ensino da gestão pública, percebe-se que esse avanço ocorreu como uma linha de formação específica, com o surgimento de graduações presenciais e a distância, bem como a oferta de cursos de pós-graduação com diretrizes curriculares e currículos especialmente voltados à gestão pública, com uma lógica de ensino diferente daquela praticada nos cursos de Administração em geral.

Destaca-se que a atividade profissional do Administrador compreende, dentre outras atribuições, o exercício de funções e cargos de Administrador do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, Sociedades de Economia Mista, empresas estatais, paraestatais e privadas, em que fique expresso e declarado o título do cargo abrangido. Além disso, na administração pública é obrigatória a apresentação de diploma de bacharel em Administração, para o provimento e exercício de cargos técnicos de administração (Brasil, 1965).

Apesar de sua presença no setor público e da indiscutível importância social do profissional Administrador, haja vista os quantitativos expressivos de profissionais formados anualmente, inexistem estudos que visem investigar o ensino de ferramentas e técnicas da Gestão Pública nos cursos de Administração.

Diante disso, percebe-se que compreender como a Gestão Pública, seus conceitos, técnicas e ferramentas, vêm sendo abordados na formação do Administrador é de fundamental importância. Ressalta-se o exposto anteriormente, de que o profissional Administrador, além de atuar na esfera privada e no terceiro setor, preenche os quadros de pessoal nas organizações da Administração Pública direta e indireta, desempenhando atividades inerentes à gestão da coisa pública.

Assim, este estudo analisou o ensino de técnicas e ferramentas específicas de Gestão Pública nos cursos de Administração do Estado do Paraná. Buscou-se dessa forma contribuir com a formação do profissional Administrador nesse importante campo de atuação, que demanda profissionalismo e eficiência.

A base teórica do estudo contém considerações sobre a gestão pública e seu ensino no Brasil. No método são descritas a abordagem de pesquisa, de caráter descritivo, e as estratégias para a coleta e posterior tratamento de dados, a saber, revisão da literatura e busca e análise dos currículos dos bacharelados em Administração ofertados no Estado do Paraná; e o emprego

de análises estatísticas descritivas e testes de frequências para o tratamento dos dados coletados.

Os resultados deste estudo contêm o perfil dos cursos ofertados, em termos de natureza administrativa da instituição de ensino, modalidade de oferta, início de funcionamento e número de vagas, bem como a presença e natureza de disciplinas de formação específica em gestão pública nas grades curriculares. Finalmente, nas considerações finais são indicadas direções para pesquisas futuras e as implicações práticas da pesquisa são discutidas.

PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA

Neste estudo, buscou-se responder ao seguinte problema: Como está o ensino de ferramentas e técnicas específicas da gestão pública nos cursos de Administração ofertados no Estado do Paraná?

O objetivo geral do estudo consistiu em analisar o ensino de técnicas e ferramentas de Gestão Pública nos cursos de Administração do Estado do Paraná.

Como objetivos específicos do estudo destacaram-se:

1. Efetuar revisão da literatura acerca da Gestão Pública e do ensino da Gestão Pública no Brasil;
2. Analisar os currículos do curso de Administração do Estado do Paraná, verificando a presença de disciplinas e conteúdos ligados à Gestão Pública; e
3. Correlacionar as informações levantadas, visando obter-se um panorama do ensino da Gestão Pública no Estado do Paraná em termos de tipos de Instituição de Ensino, modalidades de ensino distintas, graus de cursos, dentre outros.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para delineamento do percurso metodológico deste estudo utilizou-se dos achados de Silva e Menezes (2005) que relatam que de acordo com a natureza, trata-se uma pesquisa aplicada que busca gerar conhecimento para a área de Administração e Gestão Pública, no contexto do Estado do Paraná. De acordo com a abordagem do problema, tem-se uma pesquisa quanti-qualitativa. Do ponto de vista de seus objetivos, pode ser considerada exploratório-descritiva. E segundo os procedimentos técnicos, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental.

Alem disso, as seguintes etapas foram desempenhadas:

Revisão da Literatura sobre Gestão Pública e o Ensino da Gestão Pública no Brasil

Visando dar embasamento para a pesquisa, foi feita uma breve revisão da literatura sobre a Gestão Pública e seu ensino no Brasil. Foi usada a base de dados da Scielo, dada a qualidade do material científico indexado nesse tipo de repositório. Para tanto, foram delimitados os intervalos temporais (artigos publicados entre 2011 e 2020) e os parâmetros da busca (descritores - (administração pública) AND (ensino) para todos os índices). Foram incluídos na pesquisa os trabalhos que versaram sobre as temáticas pertinentes ao trabalho.

Escolha dos cursos de Administração participantes do estudo

Nessa etapa do trabalho, foram escolhidos os cursos de Administração participantes do estudo. Tomou-se como população-alvo da pesquisa os cursos de Administração reconhecidos e ativos do Estado do Paraná, cadastrados no Portal do E-Mec (<http://emec.mec.gov.br/>), base de dados oficial sobre instituições e cursos do ensino superior no Brasil, sob a gestão do Ministério da Educação, MEC. Na amostra foram incluídos todos os cursos para os quais foram obtidas informações sobre os currículos do curso de Administração (grade curricular e ementa de eventual disciplina cujo conteúdo fosse ligado à Gestão Pública). Destaca-se que da consulta ao E-Mec resultaram registros de 304 ofertas de cursos na área. Destes, foram excluídos os de formação específica em gestão pública e em gestão hospitalar, dados os objetivos do estudo. Assim, foram incluídos nas buscas 286 ofertas de cursos.

Coleta de Dados

A coleta de dados foi feita em visita aos sites das instituições de ensino superior que abrigam os cursos participantes da pesquisa. Nestes sítios eletrônicos das instituições de ensino foram pesquisadas informações sobre os currículos dos cursos de Administração ofertados, ou seja, grade/matriz curricular e ementa de disciplina(s) cujo conteúdo seja vinculado à Gestão Pública.

Análise de Dados

A natureza da pesquisa demandou o uso de técnicas de análise estatística. A presença de conteúdos ligados à Gestão Pública em diferentes tipos de instituições de ensino e cursos, ou seja, públicos e particulares, presenciais e a distância e com diferentes conceitos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, ENADE, foi comparada. Dessa forma, foi obtido um panorama do ensino da Gestão Pública nos cursos de Administração do Estado do Paraná. Para tanto, as diretrizes fornecidas por Hair (2005) foram seguidas.

Visando comparar a presença de conteúdo específico da gestão pública nos currículos do curso de Administração em diferentes instituições e modalidades de cursos, foi utilizado o teste do Qui-Quadrado (χ^2). O Qui-Quadrado é um teste de hipóteses para independência de amostras, que determina se duas variáveis categóricas, nominais ou ordinais, estão relacionadas, comparando as proporções das combinações de cada variável de forma a investigar a influência de uma sobre a outra. A prova foi empregada com o objetivo de identificar a existência de diferenças entre os tipos de instituição de ensino, modalidade etc em termos da presença ou não de conteúdos de gestão pública no currículo. A hipótese nula (H_0) de que não existem diferenças entre os tipos de instituições de ensino superior, IES, modalidade, nota no ENADE, foi testada a um nível de significância também de 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção do trabalho são delineados os resultados obtidos e as análises realizadas. Para tanto, estão apresentados os resultados da revisão da literatura, o perfil dos cursos de Administração ofertados no Estado do Paraná e os achados das buscas empreendidas nos currículos dos cursos.

Administração Pública e seu ensino no Brasil

A percepção da importância da administração pública como área de formação profissional e o próprio desenvolvimento do campo de estudos acompanhou nacionalmente a história do Estado brasileiro e, inegavelmente, entrelaça-se ao desenvolvimento e regulamentação da Administração como profissão no país.

Ao longo do período monárquico, o ensino da administração pública se dava sob um enfoque bastante legalista que reduzia a área de conhecimento à elaboração de leis e regulamentos para aplicação automática. Esta situação vai perdurar até os anos 1930. A partir da Reforma Geral do Ensino, em 1931, surge o primeiro curso de formação em administração pública, misto, em um curso superior de administração e finanças (Coelho & Nicolini, 2014).

Os primeiros cursos de graduação em administração pública, propriamente ditos, chegam ao Brasil na década de 50, sob influência estadunidense, no contexto do Estado Novo e dos ideais desenvolvimentistas do pós segunda guerra mundial que se alastraram mundo afora, em especial no chamado terceiro mundo (Fadul et al., 2014). O marco zero do ensino de administração pública no Brasil em nível de graduação ocorre em 1952, com a instalação do curso na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (Coelho et al., 2011).

Durante a era desenvolvimentista do Estado Brasileiro, o deslocamento do centro dinâmico da economia do Estado para a indústria demandou a formação de administradores tanto para as empresas nascentes quanto para um Estado que tentava reinventar seu papel. Ademais, à época, foram instituídas as carreiras de Estado, que exigiam pessoal qualificado para a direção do aparato estatal. Diante disso, a convergência do conhecimento científico em gerência, de órgão demandante de pessoal qualificado e a criação de uma carreira específica para tal começam a desenhar o cenário para a formação universitária em administração pública (Coelho & Nicolini, 2014).

À luz de renomadas escolas de negócios americanas, a Fundação Getúlio Vargas desempenhou importante papel na disseminação da teoria administrativa e formação de talentos para o serviço público. O primeiro currículo em administração pública do Brasil cria o conjunto de saberes necessários ao exercício profissional do administrador. É esse currículo que começou a forjar a identidade do administrador público e que vai servir de modelo para a expansão desta formação no país até meados dos anos 1960, quando a profissão é regulamentada (1965) e desenha-se o primeiro currículo mínimo da área (1966) (Coelho & Nicolini, 2014).

Ao final da década de 1960 e o início de 1970, surgem os primeiros cursos de mestrado e/ou áreas de concentração em administração pública nos programas de pós-graduação em administração no país. A partir dos anos 1990, com o advento da Constituição Federal de 1988 e do processo de Reforma do aparato estatal, as pesquisas em administração pública experimentam crescimento no país. Assim, vários grupos de pesquisa foram criados e cadastrados no CNPq, sobretudo por pesquisadores das áreas de conhecimento em administração e ciências sociais (Fadul et al., 2014).

Entretanto, ao se entrelaçar à própria história do Estado, a administração pública se vê enfraquecida durante o advento da crise do Estado Burocrático Brasileiro, questionado e ineficiente, ao mesmo tempo em que o milagre econômico multiplicava as colocações para o formando em Administração de Empresas em organizações públicas e privadas. Assim, o Brasil experimenta um crescimento exponencial dos cursos de Administração de Empresas, opção preferencial dos estudantes por esse um curso garantidor de um futuro mais bem delineado, ao passo em que a formação específica em gestão pública perde espaço (Coelho & Nicolini, 2013).

A partir de meados da década de 2000, com a expansão da atuação das universidades federais, verifica-se uma retomada do aumento da quantidade de cursos de graduação — bacharelados e tecnológicos — em administração pública e similares no país (Coelho, 2008). Em 2002, por exemplo, existiam no país apenas três graduações na área, sendo que, uma década depois, em 2013, estavam em oferta no país 46 cursos de graduação presencial e 40 cursos de

formação de tecnólogos e de graduações a distância na linha de gestão pública, além de 13 programas de pós-graduação (Rocha, 2018).

A despeito dessa sensível evolução do ensino da Gestão Pública, percebe-se que esse avanço se deu como uma linha de formação específica, com o surgimento de graduações presenciais e a distância, bem como a oferta de cursos de pós-graduação com diretrizes curriculares e currículos especialmente voltados à gestão pública, com uma lógica de ensino diferente daquela praticada nos cursos de Administração em geral. Além disso, o universo de formação em administração pública é ínfimo se comparado à formação em administração. Estima-se que o curso de Administração seja o maior curso do Brasil, em número de ingressantes, com aproximadamente 270.000 alunos por ano (Administradores, 2016). Somente no Estado do Paraná, são aproximadamente 380 cursos na área (E-Mec, 2020).

Em relação à formação do egresso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Administração Pública estabelecem que o referido curso deve propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas (Resolução CNE/CES 1/2014).

Além do ensino de graduação, observa-se que o ensino de pós-graduação – *stricto sensu* e *lato sensu* – em administração pública também se expandiram no país, bem como a produção científica na área que teve aumento significativo (Coelho, 2019).

Perfil dos Cursos de Administração ofertados no Paraná em 2020

Foram avaliadas 286 ofertas de cursos de Administração no Estado do Paraná. A partir do cadastro no E-Mec, extraiu-se informações sobre o perfil dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES) e os sítios eletrônicos das instituições de ensino e cursos foram acessados, em busca de informações curriculares.

Quanto à natureza administrativa da IES, percebe-se que mais de 90% das ofertas de formação em Administração no Estado do Paraná está concentrada em instituições privadas (**Tabela 1**). As instituições públicas, federais, estaduais e municipais respondem por menos de 10% das ofertas. Esses dados corroboram os já evidenciados pelo Conselho Federal de Administração (CFA) em pesquisa realizada anteriormente contendo dados sobre o perfil, formação, atuação e oportunidades do administrador (CFA, 2016).

TABELA 1

NATUREZA ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Privada com fins lucrativos	159	55,6	56,8	56,8
Privada sem fins lucrativos	95	33,2	33,9	90,7
Pública federal	5	1,7	1,8	92,5
Pública estadual	21	7,3	7,5	100
Total	280	97,9	100	
Ausente	6	2,1		
Total	286	100		

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NOS DADOS DO E-MEC (2020).

Relativamente à modalidade de ensino, nota-se que 65% das ofertas se dá de forma presencial e 35% no formato a distância, conforme evidenciado no **Tabela 2**.

TABELA 2

INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO, POR MODALIDADE DE ENSINO

	Presencial	A distância	Total
Década de 60	4	0	4
Década de 70	13	0	13
Década de 80	7	0	7
Década de 90	22	0	22
Década de 2000	90	26	116
Década de 2010	29	61	90
2020 em diante	1	4	5
Não iniciado	20	9	29
Total	186	100	286

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NOS DADOS DO E-MEC (2020).

Além disso, a expansão dos cursos de Administração no Estado ocorreu de forma distinta em termos das modalidades, com o ensino presencial recebendo incremento considerável de ofertas na década de 2000 e a modalidade de educação a distância experimentando expansão mais expressiva de 2010 em diante (**Tabela 2**).

Esta expansão da modalidade de educação a distância se dá posteriormente ao lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que em 2009 teve a adesão das Instituições Públicas de Ensino Superior, o que oportunizou a oferta de Cursos de Bacharelados em Graduação em Administração Pública, bem como especialização em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão Pública em Saúde (CAPES, 2022).

No tocante à quantidade de vagas autorizadas por oferta do curso, nota-se que a faixa predominante é a compreendida entre 51 e 100 vagas, com quase 30% do percentual total (**Tabela 3**).

TABELA 3
VAGAS POR OFERTA DO CURSO, ANO BASE 2020

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Até 50	19	6,6	6,7	6,7
De 51 a 100	76	26,6	26,8	33,5
De 101 a 200	62	21,7	21,8	55,3
De 201 a 500	61	21,3	21,5	76,8
De 501 a 1000	28	9,8	9,9	86,6
De 1001 a 3000	22	7,7	7,7	94,4
Acima de 3000	16	5,6	5,6	100
Total	284	99,3	100	
Ausentes	2	0,7		
Total	286	100		

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NOS DADOS DO E-MEC (2020).

Adicionalmente, a quantidade de vagas autorizadas foi analisada comparativamente à natureza administrativa da IES (**Tabela 4**), revelando que turmas menores são encontradas predominantemente em instituições públicas e as instituições privadas concentram as ofertas com quantitativos de vagas maiores.

TABELA 4
VAGAS AUTORIZADAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA DA IES, ANO BASE 2020

Quantidade de vagas autorizadas	Categoria Administrativa IES		Categoria Administrativa IES		Total	
	Privada com fins lucrativos	Privada sem fins lucrativos	Pública federal	Pública estadual		
Até 50	Contagem % dentro de Vagas autorizadas	5 27,80%	2 11,10%	2 11,10%	9 50,00%	18 100,00%
De 51 a 100	Contagem % dentro de Vagas autorizadas	37 52,10%	26 36,60%	1 1,40%	7 9,90%	71 100,00%
De 101 a 200	Contagem % dentro de Vagas autorizadas	38 61,30%	20 32,30%	0 0,00%	4 6,50%	62 100,00%
De 201 a 500	Contagem % dentro de Vagas autorizadas	37 60,70%	23 37,70%	1 1,60%	0 0,00%	61 100,00%
De 501 a 1000	Contagem % dentro de Vagas autorizadas	13 46,40%	13 46,40%	1 3,60%	1 3,60%	28 100,00%
De 1001 a 3000	Contagem % dentro de Vagas autorizadas	17 77,30%	5 22,70%	0 0,00%	0 0,00%	22 100,00%
Acima de 3000	Contagem % dentro de Vagas autorizadas	10 62,50%	6 37,50%	0 0,00%	0 0,00%	16 100,00%
Total	Contagem % dentro de Vagas autorizadas	157 56,50%	95 34,20%	5 1,80%	21 7,60%	278 100,00%

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NOS DADOS DO E-MEC (2020).

A análise do desempenho dos cursos no ENADE (**Tabela 5**) revela que, das 192 ofertas que foram alvo da avaliação aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e para as quais esta informação está disponível no E-Mec, aproximadamente 80% têm conceito igual ou inferior a 3, sendo 3 o conceito mais frequente (55,7% dos casos válidos). Este indicador evidencia, em certa medida, a qualidade satisfatória ou menos que satisfatória dos cursos em questão.

TABELA 5
NOTA NO ENADE

Nota no ENADE		Modalidade de Ensino		Total
		Presencial	A distância	
,00	Contagem	1	0	1
	% dentro de Nota no ENADE	100,0%	0,0%	100,0%
1,00	Contagem	4	0	4
	% dentro de Nota no ENADE	100,0%	0,0%	100,0%
2,00	Contagem	29	9	38
	% dentro de Nota no ENADE	76,3%	23,7%	100,0%
3,00	Contagem	85	22	107
	% dentro de Nota no ENADE	79,4%	20,6%	100,0%
4,00	Contagem	28	9	37
	% dentro de Nota no ENADE	75,7%	24,3%	100,0%
5,00	Contagem	2	3	5
	% dentro de Nota no ENADE	40,0%	60,0%	100,0%
Total	Contagem	149	43	192
	% dentro de Nota no ENADE	77,6%	22,4%	100,0%

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE NOS DADOS DO E-MEC (2020).

O teste do Qui-Quadrado foi empregado com o objetivo de comparar as notas no ENADE das duas modalidades de ensino, presencial e a distância, a um nível de significância de 5%. Não foram percebidas diferenças significativas em termos do desempenho de estudantes na prova para as duas modalidades, conforme ilustrado na **Tabela 6** a seguir:

TABELA 6
TESTE DE CHI-QUADRADO PARA O CONCEITO NO ENADE, SEGUNDO MODALIDADE DE ENSINO

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	5,834 ^a	5	,323
Razão de verossimilhança	6,122	5	,294
Associação Linear por Linear	1,983	1	,159
N de Casos Válidos	192		

FONTE: RESULTADO DA PESQUISA.

Ao analisar e comparar as **Tabela 5** e **Tabela 6** à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Administração (Resolução CNE/CES 4/2005; Resolução 5/2021), percebe-se que mesmo diante da diversidade de ofertas, bem como especificidades dos cursos e instituições de ensino, tem-se conseguido em certa medida, atingir as competências e habilidades almejadas ao administrador.

Além disso, fica evidente a importância da flexibilidade como parâmetro institucional, bem como a orientação ao contexto e vocação regionais das IES, como forma de ampliação e agregação de conhecimentos.

Análise dos currículos dos cursos de Administração e o Ensino da Gestão Pública

Das 286 ofertas analisadas, que compreendem a totalidade dos cursos de Administração no Estado do Paraná no ano base de 2020, foram obtidos os currículos de 226, ou seja, aproximadamente 80% dos cursos pesquisados. Estes 226 currículos foram analisados em busca de disciplinas ou conteúdos dedicados ao ensino de ferramentas e técnicas específicas da gestão pública. Para os demais 20% dos cursos não foram obtidas as matrizes curriculares, o que denota a ausência de tais informações em seus sites eletrônicos ou impossibilidade de localização de tais conteúdos.

A análise dos currículos revelou que, dos 226 cursos, 166 não oferecem em suas matrizes curriculares disciplinas voltadas à administração do bem público. Assim, pode-se dizer que menos de 30% dos cursos ofertados no Estado do Paraná, para os quais foram obtidas informações curriculares, manifestam preocupação com a formação específica na área pública, a despeito da crescente importância que o setor público vem apresentando como campo de atuação do profissional administrador e da iminente necessidade de profissionalização da gestão das instituições públicas no Brasil.

Para 60 cursos, isto é, aqueles que contém disciplinas específicas de formação em gestão pública, a natureza da disciplina foi investigada, revelando que em 80% dos casos (48 cursos) ela é obrigatória, ou seja, é comum ao percurso de formação de todos os alunos da turma, devendo ser cumprida por todos, tal como previsto na matriz curricular. Para as 12 restantes (20%), a disciplina é de natureza optativa e/ou eletiva, ou seja, consta na matriz curricular para a opção do aluno, caso assim o desejar.

Uma inferência para este cenário, pautada na experiência das pesquisadoras, especialmente com o Núcleo Docente Estruturante de Curso de Administração, pode ser a existência de cursos de graduação de formação específica em Administração Pública, os quais possuem diretrizes curriculares nacionais próprias, amenizando assim, a obrigatoriedade de maior inserção no curso de Administração em geral.

Além da natureza, o tipo de conteúdo dedicado à disciplina, se exclusivo de gestão pública, ou misto com outros correlatos, foi investigado. Percebeu-se que, em mais de 80% dos casos (ou seja, em 50, dos 60 currículos), a disciplina presente no currículo é dedicada integralmente à gestão pública e recebe, inclusive, esta nomenclatura. Nos outros 10 currículos (16,7% dos casos), os conteúdos de gestão pública são compartilhados com outros relacionados, tais como noções de gestão de pessoas e de finanças no setor público, noções de direito público, economia, políticas públicas e noções fundamentais para compreensão do Estado e sua formação (sendo que todos esses são em essência, conteúdos conexos à gestão pública).

Embora Oliveira et al. (2020) destaque que o gestor público precisa possuir um conhecimento profundo do contexto onde atua e possuir destreza suficiente para manobrar as ferramentas de gestão pública, sendo estes, elementos fundamentais para uma atuação competente e efetiva, fica evidente a dificuldade de se preparar adequadamente o administrador, para atuar com a coisa pública, considerando este contexto de formação.

Assim sendo, é notório o despreparo de muitos profissionais que assumem cargos/funções no serviço público e desconhecem as técnicas e ferramentas da Administração Pública, tendo que aprender com a prática, o que demanda tempo e conseqüentemente, gera facilidade ao erro.

Relativamente ao ensino de gestão pública nos currículos de administração nas duas modalidades de ensino, percebeu-se que há uma preocupação mais evidenciada nos cursos presenciais com a temática, comparativamente àqueles ofertados na modalidade a distância (Tabela 7).

TABELA 7
ENSINO DE GESTÃO PÚBLICA, SEGUNDO MODALIDADE DE ENSINO

Modalidade de Ensino		Presença de Disciplina ou Conteúdo de GP		Total
		Sim	Não	
Presencial	Contagem	44	98	142
	% dentro de Modalidade de Ensino	31,00%	69,00%	100,00%
A distância	Contagem	16	68	84
	% dentro de Modalidade de Ensino	19,00%	81,00%	100,00%
Total	Contagem	60	166	226
	% dentro de Modalidade de Ensino	26,50%	73,50%	100,00%

FONTE: RESULTADO DA PESQUISA.

Ao nível de significância de 5%, as diferenças de presença da gestão pública nos currículos, segundo a modalidade de ensino, mostrou-se significativa (Tabela 8).

TABELA 8

TESTE DE CHI-QUADRADO PARA A PRESENÇA DA GESTÃO PÚBLICA NO CURRÍCULO, SEGUNDO MODALIDADE DE ENSINO

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	3,857 ^a	1	,050		
Correção de continuidade ^b	3,270	1	,071		
Razão de verossimilhança	3,987	1	,046		
Fisher's Exact Test				,061	,034
Associação Linear por Linear	3,840	1	,050		
N de Casos Válidos	226				

a. 0 células (0,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 22,30.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

FONTE: RESULTADO DA PESQUISA.

No que tange à preocupação com a gestão pública em cursos provenientes de instituições de distintas naturezas jurídicas e administrativas (**Tabela 9**), ficou evidenciado que aqueles ofertados por instituições públicas são aqueles nos quais há mais presença destes conteúdos nas matrizes curriculares, comparativamente aos privados.

TABELA 9

ENSINO DE GESTÃO PÚBLICA, SEGUNDO A NATUREZA ADMINISTRATIVA DA IES

Natureza Administrativa IES		Presença de Disciplina ou Conteúdo de GP	Presença de Disciplina ou Conteúdo de GP	Total
		Sim	Não	
Privada com fins lucrativos	Contagem	37	88	125
	% dentro de Categoria Administrativa IES	29,60%	70,40%	100,00%
Privada sem fins lucrativos	Contagem	11	62	73
	% dentro de Categoria Administrativa IES	15,10%	84,90%	100,00%
Pública federal	Contagem	1	2	3
	% dentro de Categoria Administrativa IES	33,30%	66,70%	100,00%
Pública estadual	Contagem	10	9	19
	% dentro de Categoria Administrativa IES	52,60%	47,40%	100,00%
Total	Contagem	59	161	220
	% dentro de Categoria Administrativa IES	26,80%	73,20%	100,00%

FONTE: RESULTADO DA PESQUISA.

A prova do qui-quadrado revela que as diferenças entre as distintas IES, em termos de natureza administrativa, é significativa, ao nível de significância de 5% (**Tabela 10**).

TABELA 10

TESTE DE CHI-QUADRADO PARA A PRESENÇA DA GESTÃO PÚBLICA NO CURRÍCULO, SEGUNDO NATUREZA ADMINISTRATIVA DA IES

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	12,144 ^a	3	,007
Razão de verossimilhança	11,981	3	,007
Associação Linear por Linear	1,257	1	,262
N de Casos Válidos	220		

FONTE: RESULTADO DA PESQUISA.

A busca do ementário das disciplinas relativas à gestão pública resultou na obtenção de informações acerca de oito ofertas de cursos no Estado. O percentual de ementas obtidas é pequeno frente ao universo de cursos que contemplam conteúdos ligados ao tema em seus currículos, dada a inexistência destas informações nos sites institucionais, entretanto, fornece alguns indícios de como o assunto vem sendo abordado, de um ponto de vista qualitativo. Uma categorização dos tópicos abordados nos ementários está descrita no **Quadro 1**, assim como as palavras mais empregadas nas ementas estão ilustradas na **Figura 1**, que contém a representações gráfico-visual que mostra o grau de frequência das palavras nos textos das ementas (nuvem de palavras).

QUADRO 1

PRINCIPAIS TÓPICOS ABORDADOS NAS DISCIPLINAS DE GESTÃO PÚBLICA

Assuntos abordados nas ementas
— Fundamentos do Estado
— Evolução da Administração Pública no Brasil
— Princípios da Administração Pública
— Esferas da Administração Pública
— Políticas públicas
— Finanças públicas e orçamento público
— Funcionalismo público e gestão de pessoas no setor público
— Processo licitatório
— Relação público versus privado
— Ética na gestão pública

FONTE: RESULTADO DA PESQUISA.

A compreensão do relacionamento do gestor público com os órgãos de fiscalização e de prestação de contas é imprescindível ao administrador público já que não existe responsabilidade por administração de recurso de terceiros sem o respectivo dever de prestar contas. Assim, o agente público que gerencia bens de terceiros é responsável e obrigado a prestar contas, e figura como o titular da prestação de contas e responde administrativa, civil e criminalmente por isso (Furtado, 2007).

A gestão de marketing, por sua vez, assume extrema relevância no setor público tendo em vista que esta função organizacional é responsável pela mensuração do relacionamento das organizações com seus públicos, sendo este último capaz de gerar dois benefícios – a satisfação da população e a eficiência das atividades organizacionais. Ademais, a pesquisa e o levantamento, como importantes ferramentas de marketing, proporcionam estimativas das necessidades e demandas de uma população por bens ou serviços públicos, apoiando planos de ação mais efetivos (Santos, 2014). Assim, bastante salutar ao gestor público é o domínio deste importante e necessário ferramental, capaz de aportar uma visão gerencial da coisa pública.

No setor público, uma logística eficiente e de qualidade requer ações integradas, dinâmicas, bem organizadas e bem geridas, abarcando um conjunto de atividades relativas à produção ou aquisição de bens, e envolve, além de compras, os processos de armazenamento, distribuição e transporte. Entretanto, a análise das ementas dos cursos pesquisados revela que apenas uma das atividades envolvidas na gestão logística está contemplada nos conteúdos, a aquisição de produtos ou serviços por órgãos públicos por meio do procedimento licitatório. Assim, parecem negligenciadas temáticas tais como gestão patrimonial, gestão de estoques e transporte, que seguem regramentos específicos, alguns bastante distintos da iniciativa privada, quando refere-se ao bem público.

Por fim, a transparência é um símbolo poderoso da democracia e conduz à melhor aceitação de decisões de agentes governamentais, além de promover valores como a confiança e legitimação (Licht, 2014). Além disso, a noção de transparência também remete à visibilidade do funcionamento do órgão público e é elemento fundamental da democracia e do controle social sobre a gestão do Estado (Matias-Pereira, 2016).

Nesse contexto, experimenta-se no Brasil a publicação da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que regulamenta o direito de acesso às informações públicas e cria mecanismos que possibilitam o acesso aos entes governamentais (Maciel et al., 2019). O acesso à informação e a transparência representam, além de obrigação legal, uma mudança de paradigma na gestão, portanto é imprescindível ao gestor público o domínio de tais ferramentas. Entretanto, temáticas ligadas à gestão de informações públicas são omissas nos currículos dos cursos obtidos.

Obviamente, entende-se que a análise de currículos e ementas é uma mera aproximação da realidade, que não é capaz de traduzir toda a complexidade do processo de ensino em sala de aula, e uma eventual abordagem de todas essas temáticas, nos planos de ensino ou no dia-a-dia da relação aluno-professor. Entretanto, fornece indícios de que o ensino da gestão pública nos bacharelados em Administração parece ser mais voltado à compreensão do que é o ente público e menos a como gerir o ente público, frente a suas particularidades, e adota um enfoque mais legalista e bem menos gerencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão pública compreende as atividades de planejamento, organização, direção e controle de bens e interesses públicos, de acordo com os princípios administrativos constitucionais, em busca do bem de uma coletividade. Em consonância com as transformações vivenciadas pelo Estado brasileiro, a formação em administração pública, como linha específica em nível de graduação no Brasil experimentou uma série de fases, que compreenderam sua ascensão e apogeu na era desenvolvimentista, e posteriormente, sua decadência junto à crise do Estado Burocrático, ineficiente e questionado.

Atualmente, frente a pressões por eficiência e resposta do Estado às demandas sociais, há um crescente interesse neste campo de estudos. Isso se dá também em função da consolidação dos regimes democráticos na atualidade, que geram busca por transparência e participação social. Além disso, o contato dos cidadãos com serviços de qualidade gera elevação de referenciais e um maior nível de exigência em relação aos serviços prestados (Santos, 2014). Com esta maior exigência de qualidade e eficiência nos serviços prestados, gera também a necessidade de se ter profissionais qualificados, preferencialmente, selecionados por meio de concursos públicos para as carreiras efetivas.

Consoante a isso, há também uma retomada do ensino superior na área com o surgimento de graduações presenciais e a distância, bem como a oferta de cursos de pós-graduação com diretrizes curriculares e currículos especialmente voltados à gestão pública, com uma lógica de ensino diferente daquela praticada nos cursos de Administração em geral. Logo, o universo de formação em administração pública é ínfimo se comparado à formação em administração. Diante do exposto, a compreensão de como ferramentas e técnicas de gestão pública vem sendo abordadas nos currículos dos bacharelados em Administração assume especial relevância, tendo em vista a envergadura do curso e a ocupação de postos no serviço público por esse profissional e a incipiente formação específica na área.

Este trabalho avaliou o ensino de ferramentas específicas da gestão pública nos bacharelados em administração ofertados no Estado do Paraná no ano de 2020. Para tanto, foi realizada,

a partir de todos os cursos cadastrados no E-Mec, uma busca das matrizes curriculares e ementas dos cursos visando identificar a presença de disciplinas ligadas à gestão pública. Quanto ao perfil dos cursos analisados, os dados encontrados revelaram que a oferta da formação em administração no Estado tem um perfil clássico – cursos predominantemente privados, presenciais e com desempenho em avaliações externas considerado satisfatório. No tocante aos conteúdos de gestão pública na formação do profissional Administrador, percebeu-se que mais de 70% dos currículos analisados não oferecem formação na área e parte daqueles que o fazem utilizam disciplinas optativas nas matrizes curriculares, o que evidencia a ainda incipiente preocupação das IES com a formação específica na área pública, a despeito da crescente importância que o setor público vem apresentando como campo de atuação do administrador.

Algumas inferências são passíveis diante deste cenário: (i) o curso de graduação em Administração Pública, dada a sua especificidade acaba atraindo em sua maioria candidatos que já são servidores públicos e/ou aqueles que já possuem algum tipo de atuação; (ii) a pouca inserção da Administração Pública em currículos da Administração se dá pela amplitude de temáticas a serem contempladas em um projeto de curso, exigindo uma decisão/escolha por uma matriz curricular que atenda as especificidades do curso, bem como, a vocação e contexto local/regional, além dos parâmetros de flexibilidade intitucional e (iii) os interessados em cursos de graduação em Administração desejam uma formação mais ampla que possibilite a atuação em diferentes segmentos da sociedade, e por este estudo ficou evidente a fragilidade na formação para o serviço público.

Dentre as limitações do estudo, destacam-se a dificuldade de obtenção das matrizes curriculares nos sites das IES e, em especial, a ausência de informações acerca das disciplinas optativas e das ementas das disciplinas. Ademais, ressalta-se que as considerações traçadas são limitadas aos cursos pesquisados.

Entretanto, os dados aqui apresentados fornecem indícios de que a gestão pública vem sendo tratada a partir de um enfoque mais legalista e menos gerencial nos currículos, e carece de uma reforma para que o administrador ocupante ou postulante a um cargo público possa fazer frente às demandas que o Estado Gerencial impõe.

REFERÊNCIAS

Administradores. (2016). *Administração é o maior curso do Brasil em número de ingressantes, aponta INEP*. <https://administradores.com.br/noticias/administracao-e-o-maior-curso-do-brasil-em-numero-de-ingressantes-aponta-inep>

- Conselho Federal de Administração [CFA]. (2016). *Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador*. <https://cfa.org.br/pesquisa-perfil-adm/>
- Coelho, F. S. (2008). Radiografia do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1995-2006). In *Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação*, Rio de Janeiro, RJ.
- Coelho, F. S. (2019). *História do ensino de administração pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do campo de públicas*. ENAP.
- Coelho, F. S., & Nicolini, A. M. (2013). Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). *Organizações & Sociedade*, 20(66), 403-422.
- Coelho, F. S., & Nicolini, A. M. (2014). Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). *Revista de Administração Pública*, 48(2), 367-388.
- Coelho, F. S., Olenski, A. R. B., & Celso, R. P. (2011). Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983-94). *Revista de Administração Pública*, 6(45), 1707-1732.
- Conselho Nacional de Educação. (2005). Resolução CNE/CES nº 4/2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf
- Conselho Nacional de Educação. (2014). Resolução CNE/CES 1/2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192
- Conselho Nacional de Educação. (2021). Resolução CNE/CES 5/2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=212931-rces005-21&category_slug=outubro-2021-pdf&Itemid=30192
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2009). *Edital nº 01, de 27 de abril de 2009 – Programa Nacional de Formação em Administração Pública [PNAP]*. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/copy_of_EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf

- E-Mec. (2020). Ministério da Educação. *Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados*. <http://emec.mec.gov.br>
- Fadul, E., Coelho, F. de S., Costa, F. L. da, & Gomes, R. C. (2014). Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). *Revista de Administração Pública*, 48(5), 1329-1354.
- Furtado, J. R. C. (2007). Os regimes de contas públicas: contas de governo e contas de gestão. *Revista do TCU*, 109, 61-89.
- Hair, K. F. et al. (2005). *Análise multivariada de dados*. Bookman.
- Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965*. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14769.htm
- Licht, J. F. (2014). Transparency Actually: How Transparency Affects Public Perceptions of Political Decision-making. *European Political Science Review*, 6(2), 309–330. <https://doi.org/10.1017/S1755773913000131>
- Maciel, R. G., Fonseca, P. G., Duarte, F. R., & Santos, E. M. dos. (2019). Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e sua contribuição para a transparência: uma experiência gerencial em uma universidade federal. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 24(2), 143-164.
- Matias-Pereira, J. (2016). *Manual de Gestão Pública Contemporânea*. Atlas.
- Oliveira, C. C., Santos, C. H. S., Mastella, M., & Fernandes, L. H. D. (2020). Interdisciplinaridade nos Cursos de Administração Pública e Gestão Pública no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 13(spe1), 63-87. <https://doi.org/10.19177/reen.v12e0201963-88>
- Rocha, D. (2013). Cresce o ensino de administração pública. *Economia e Negócios*. Estadão. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cresce-o-ensino-de-administracao-publica,1657775e>
- Santos, C. S. (2014). *Introdução à Administração Pública*. Saraiva.
- Silva, S. F. (2014). *Controles internos na administração pública: análise do controle interno praticado no estado do Paraná*. (Trabalho de conclusão de curso, Universidade Tecnológica Federal do Paraná). <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/22954>
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de Dissertação*. 4 ed. UFSC.

INFORMAÇÕES ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS DA AUTORIA**ELAINE MARIA DOS SANTOS**

Doutora em Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, Brasil.
Docente no Departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
Docente no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
ORCID iD: 0000-0002-5547-9923 | ID Lattes: 5245546196615162
E-mail: elainems@uel.br (autor correspondente)

ROSELI DE OLIVEIRA MACHADO

Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil.
Mestre em Administração, Universidade São Paulo, Brasil.
Docente no Departamento de Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil.
ORCID iD: 0000-0003-1711-6213 | ID Lattes: 7293477655334540
E-mail: romachado@unicentro.br

ELIANE HORBUS

Doutoranda em Geografia, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil.
Mestre em Geografia, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil.
Docente no Departamento de Administração, Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil.
ORCID iD: 0000-0003-3700-362X | ID Lattes: 3174643187449146
E-mail: ehorbus@unicentro.br

CONTRIBUIÇÃO E ATUAÇÃO EM ATIVIDADES DE AUTORIA**ELAINE MARIA DOS SANTOS**

Contribuiu e atuou igualmente, em relação à equipe de autoria, nas atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias, Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados, Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos, Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido, Escolha e Manuseio de Software e Redação do Texto.

ROSELI DE OLIVEIRA MACHADO

Contribuiu e atuou igualmente, em relação à equipe de autoria, nas atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias, Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados, Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos, Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido, Escolha e Manuseio de Software e Redação do Texto.

ELIANE HORBUS

Contribuiu e atuou igualmente, em relação à equipe de autoria, nas atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias, Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados, Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos, Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido, Escolha e Manuseio de Software e Redação do Texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES DA AUTORIA**ELAINE MARIA DOS SANTOS**

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.

ROSELI DE OLIVEIRA MACHADO

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.

ELIANE HORBUS

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.